

LÊDA ALVES DA CRUZ

**PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA USINA
SIDERÚRGICA DA BAHIA S/A - USIBA**

SALVADOR

1994

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
11336



LÊDA ALVES DA CRUZ

**PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA SIDERÚRGICA DA
BAHIA S/A - USIBA**

**Monografia apresentada a
Faculdade de Ciências Econômicas
da Universidade Federal da Bahia
como requisito para a obtenção do
grau de Bacharel em Ciências
Econômicas, sob a orientação do
Professor Guilherme Furtado Lopes**

Salvador

Dezembro-1994

330 134
451 065
C1728

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família que me apoiou em todos os momentos, ajudando-me a ser perseverante. Ao colega Ivan Garqur Martins dos Santos pelas conversas, sugestões e críticas, principalmente na fase inicial deste trabalho. Ao professor Guilherme Furtado Lopes pelo valioso acompanhamento e críticas e a todos os amigos e aos funcionários da FCE que direta ou indiretamente formaram o suporte para concretização desta monografia. Obrigado a todos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1 - ESTADO, CAPITALISMO E INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	
1.1- Papel do Estado no Capitalismo.....	10
1.2- Desenvolvimento Capitalista no Brasil.....	13
1.2.1- Alavancagem da Industrialização Brasileira.....	15
1.2.2- Desenvolvimento Capitalista - Nordeste.....	21
1.2.2.1- Bahia	25
1.3- Indústria Siderúrgica no Brasil.....	27
CAPÍTULO 2 - CRISE NA SIDERURGIA E A PRIVATIZAÇÃO COMO ALTERNATIVA	
2.1- Crise na siderurgia mundial.....	37
2.2- Crise na siderurgia brasileira.....	42
2.3- Intervencionismo Estatal X Neo Liberalismo.....	50
2.4- Experiências de privatização - Inglaterra, França e Itália.....	58
CAPÍTULO 3 - PRIVATIZAÇÃO DA USINA SIDERÚRGICA DA BAHIA S/A - USIBRA	
3.1- Breve Histórico.....	64
3.1.1- Quadro histórico.....	65
3.2- Aspectos Estruturais e Operacionais	
3.2.1- Localização.....	71
3.2.2- Mercado.....	71
3.2.3- Mão de Obra.....	75

3.2.4- Estrutura Operacional e Financeira.....	74
3.3- Desempenho USIRÁ.....	82
3.4- Processo de Privatização.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
ANEXOS.....	91
BIBLIOGRAFIA.....	93

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, um dos temas principais dos debates e comentários econômicos tem sido a questão da privatização das empresas estatais.

Diversos segmentos da sociedade, empresários, políticos, sindicalistas, especialistas econômicos, têm apresentado opiniões diversas, uns mostrando-se favoráveis e outros contrários ao processo privatizante, no seu conteúdo ou forma como ele vem sendo conduzido.

Existem posições que consideram a privatização como a melhor alternativa para a redução do gigantismo estatal. Este por sua vez é apontado como o maior entrave para o crescimento, tendo em vista os gastos decorrentes da ineficiência, os quais oneram o orçamento fiscal da união.

Argumenta-se a ineficiência apresentada por algumas empresas estatais (EE) e os elevados custos de produção dos produtos e serviços oferecidos ao consumidor. Como se na iniciativa privada o mesmo não ocorresse com as grandes e pequenas empresas.

O objetivo deste trabalho é oferecer uma melhor compreensão do desempenho das empresas estatais e identificar quais os fatores que podem levar uma EE a apresentar um baixo desempenho operacional-financeiro.

Optou-se por um estudo de caso, dado a complexidade e generalidade das estatais, sendo escolhida a Usina Siderúrgica da Bahia S/A - USIBÁ, participante de importante setor produtivo. Identificando através de um estudo mais detalhado os possíveis fatores que levaram a mesma a se apresentar como uma estatal deficitária, apesar de reconhecida a boa qualidade dos seus produtos.

O primeiro capítulo apresenta, em linhas gerais, a evolução do capitalismo no Brasil, relacionando-o mais especificamente com o papel do Estado. Será enfocada a influência do Estado brasileiro no processo de industrialização com destaque para o setor siderúrgico.

No segundo capítulo são feitos comentários sobre a crise na siderurgia mundial e nacional na década de oitenta. O impacto na siderurgia estatal e o debate que se levanta favorável à

privatização, que passa a ser vista como a melhor saída para a reforma do Estado e solução de suas crises. São abordadas em linhas gerais as experiências de privatização de alguns países da Europa (Inglaterra, França e Itália), que servem de modelo para o programa brasileiro de desestatização.

Estes capítulos formam o arcabouço, para o terceiro onde será feito um estudo da Usina Siderúrgica da Bahia S/A - USIBA, desde sua fase de implantação até o processo de privatização procurando-se avaliar os fatores que determinaram seu baixo desempenho operacional e financeiro, enquanto empresa estatal e finalmente são feitos os comentários finais, enfocando três pontos básicos: o papel do Estado brasileiro na economia, a privatização e suas consequências.

CAPÍTULO I - ESTADO, CAPITALISMO E INDUSTRIALIZAÇÃO
BRASILEIRA

1.1 - Papel do Estado no Capitalismo

O sistema capitalista é caracterizado por uma "dominação" de classe social, altamente concentradora de renda. Para consolidar e legitimar seu papel na sociedade, procurou instituir e fortalecer a estrutura estatal - o Estado. O qual embora apareça como uma instituição que tem por objetivo central garantir o bem estar geral da população, promovendo o crescimento dos setores produtivos, através de obras de infra-estrutura, passa a constituir-se num instrumento de consolidação da estrutura capitalista.

O seu surgimento decorre das modificações do processo evolutivo da sociedade, que ao atingir a fase das descobertas, levou a civilização entrar no desencadeamento de uma nova forma nas relações sociais e produtivas.

Com a divisão social do trabalho, principalmente na fase auge da classe dos comerciantes, foram introduzidas as mudanças a seguir: a) dissociação dos trabalhadores da propriedade dos meios de produção; b) utilização da moeda para diversos fins: pagamento, troca, especulação; c) transformação da propriedade privada em mercadoria, podendo ser comercializada; d) divisão das classes sociais, determinada pela riqueza acumulada. Estas por sua vez forçam o aparecimento do governo, concretizada na figura do Estado: instituição capaz de legitimar e permitir a soberania de um novo grupo econômico, como reflexo da evolução da riqueza e sua forma cumulativa, que na maioria das vezes, escraviza, explícita ou

implicitamente, a maioria da população, usando a coerção ideológica e/ou econômica para concretizar seus objetivos.

Através do regime político o Estado, valendo-se do intervencionismo (legal), determina político-econômico-sócio e culturalmente o desempenho dos países. Atua de forma diferenciada nas economias desenvolvidas e subdesenvolvidas e estabelece um mecanismo de forças que privilegia as economias desenvolvidas com um papel regulador (direta ou indiretamente), do funcionamento das economias em desenvolvimento ou subdesenvolvidas.

Com a instância governamental são realizados acordos que determinam o campo de atuação e controle econômico-financeiro, garantidos pelo próprio aparato estatal além de serviços especiais que asseguram e legitimam o domínio sobre as economias menos desenvolvidas.

Marcado por um funcionamento em diversas escalas, predominantemente nesta segunda metade do século e caracterizado por um nível de internacionalização, por vezes assustador, o capitalismo diversificou o nível de atuação do governo, saindo de uma estância local para uma estância internacional, mediante a adoção de um processo "loucamente" dinâmico, em que muitas economias não conseguem acompanhar, e por isso mesmo ficam à margem, como se fossem pequenos seres incapazes, possuindo de um lado parques industriais desenvolvidos, sistema financeiro de primeira linha, ao lado de um estrangulamento social com uma grande parcela da

sociedade massacrada, com níveis significativos de mortalidade, analfabetismo, nível de vida social e financeira abaixo do mínimo necessário exigido para viver dignamente. Em síntese um conjunto de fatores que a longo prazo ocasionará entraves no próprio desenvolvimento da economia como um todo.

O Estado longe de ser uma instituição neutra, acima das classes, é o elemento necessário para manutenção do sistema capitalista, interferindo (uma intervenção considerada nefasta por alguns segmentos da sociedade), vez que beneficia direta ou indiretamente determinados grupos econômicos.

1.2 - Desenvolvimento Capitalista no Brasil

A economia brasileira, ao longo do seu desenvolvimento foi permeada com períodos de intervenção do Estado, tanto o monárquico como o republicano. Seu desenvolvimento esteve sempre de mãos dadas com as classes sociais dominantes, de forma a aumentar a concentração de capital em dado setor produtivo. No entanto, somente na segunda metade do século XIX é que o progresso, propriamente dito, se iniciou.

Caracterizada essencialmente por uma economia agro-exportadora, sendo o café seu único produto centralizador, a expansão das exportações, principalmente o café, estimulou a diversificação das atividades econômicas internas e a modernização da economia. Primeiramente os efeitos multiplicadores da expansão das exportações sobre a renda interna aumentaram o tamanho do mercado interno e a demanda por bens de consumo, insumos e implementos agrícolas, máquinas e equipamentos, material de transportes, os quais começaram a ser, em parte, produzidos internamente. Em segundo lugar, investimentos em infra-estrutura promoveram o desenvolvimento do sistema de transporte, especialmente a construção de estradas de ferro e o equipamento dos portos, propiciando, por sua vez, uma maior integração do mercado interno. Em terceiro lugar, ao aumentar a monetização da economia de exportação, promoveu o desenvolvimento de uma economia de mercado, estimulou o aparecimento de um sistema bancário e favoreceu, também, é claro uma concomitante expansão do comércio exterior e do comércio interior. Sobretudo, o progresso da

economia de exportação provocou importantes mudanças sociais. Ao aumentar a procura por mão-de-obra, acelerou o processo de transição da economia escravista por uma economia baseada no trabalho assalariado, criando assim, um mercado de trabalho crescentemente suprido por trabalhadores imigrantes e contribuindo para a formação de uma economia de mercado. Ao estimular a acumulação de capital, propiciou o surgimento de uma classe empresarial" (Suzigan, 1986, pgs. 15-16).

Todo esse movimento foi gradualmente permitindo o crescimento da indústria brasileira. De início um crescimento lento e posteriormente como uma grande corrida de modo a nivelar-se às grandes economias, queimando etapas do crescimento. Uma economia que possui profundos desníveis regionais, concentração espacial destruidora, fuga de recursos de economias mais pobres para beneficiamento de regiões centrais do país.

1.2.1 - Avanço da industrialização brasileira

O período de aceleração acentuouse a partir dos anos trinta com a Grande Depressão, dando um impulso a industrialização brasileira. As origens da industrialização brasileira é enfocada por diversas óticas. A chamada ótica dos "choques adversos" onde se afirma que o crescimento industrial brasileiro advém de fatores externos, dado seu caráter de dependência com as economias centrais. A ocorrência de guerras e crises internacionais atuam como impulsionador da indústria interna, principalmente, a da transformação. Autores como Dean e Palazz defendem a ótica da industrialização impulsionada pela expansão das exportações, estabelecendo uma relação direta entre o crescimento industrial interno com o desempenho do setor exportador ou seja, quando o setor exportador estava no auge, a indústria interna cresceu, retardando-se, por sua vez, nos momentos de crise do setor exportador. Esses autores viam o relacionamento direto com o comércio do café, e principalmente o elo entre a concentração de capital no setor cafeeiro e as origens do empresariado industrial.

A ótica do capitalismo tardio defendida por Mello e Tavares vê o crescimento industrial originário de um processo de acumulação de capital no setor agrícola - setor cafeeiro - configurando num desenvolvimento apoiado na transição do modo de produção escravista para o trabalho assalariado - transição para o capitalismo, sendo os principais agentes os cafeeiros e os imigrantes importadores. A

característica de ser tardio está na defasagem com a conjuntura industrial internacional onde só a partir do final da década de 1880 é dado os primeiros avanços para o capital industrial, consolidado nos anos posteriores.

Autores como Versiani vinculam o crescimento da indústria brasileira como uma forma de intervenção do Estado, sendo este o promotor, através de incentivos fiscais e subsídios; porém esta teoria encontra sérias críticas, visto que existem fases onde a sua presença na economia é minoritária, ou seja, as políticas do governo eram específicas para os setores da indústria e de forma esporádica não se caracterizando como alavancador da economia industrial.

Afora desacordos entre os vários autores, o crescimento industrial é composto dos vários fatores apresentados: a relação entre o setor cafeicultor e os imigrantes importadores, fomentando o empresariado industrial, a importância do setor agro-exportador, o impacto das crises internacionais e a participação do Estado. Um conjunto de fatores que determinaram em última análise a consolidação do capitalismo industrial.

No período de 1880 a 1930, se apoia na economia agrária exportadora e a partir da década de 30 a economia brasileira opta por um desenvolvimento mais contínuo da indústria interna como forma de defesa e maior inserção na economia internacional. Aqui ocorre um "surto" de criação de instituições, órgãos conselhos de forma a

expressar esta nova fase. Alguns exemplos estão demonstrados a seguir:

- 1930 - Criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio;
- 1931 - Conselho Nacional do Café;
- Instituto de Cacau da Bahia;
- 1932 - Ministério da Educação e Saúde Pública;
- 1933 - Instituto do Açúcar e do Alcool;
- 1934 - Conselho Federal do Comércio Exterior;
- Instituto Nacional de Estatísticas;
- 1937 - Conselho Técnico de Economia e Finanças;
- 1938 - Conselho Nacional do Petróleo;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- 1939 - Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa;
- 1940 - Comissão de Defesa da Economia Nacional;
- Fábrica Nacional de Motores;
- 1941 - Companhia Siderúrgica Nacional - CSN;
- 1941 - Serviço Nacional de Aprendizagem Ind. - SENAI;
- 1943 - Companhia Nacional de Alcalis;
- Usina Siderúrgica de Volta Redonda;
- Consolidação das Leis do Trabalho;
- 1945 - Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC).

A década de 50 foi todavia o período em que o Estado Brasileiro desempenhou um papel mais ativo de forma a dar mais estruturação ao setor produtivo industrial, havendo o entrelaçamento entre o capital

nacional e o capital estrangeiro, com o seu respaldo. Adota medidas protecionistas para o mercado interno, através de novas tarifas aduaneiras, uma política cambial - "controle do mercado do câmbio e de taxas diferenciadas segundo um sistema de prioridades" (Susigan, 1984, p.6). Em 1952 é criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE que possibilitando o financiamento aos novos investimentos, se torna um agente fundamental do desenvolvimento industrial. Neste período o BNDE concentra-se nos investimentos das indústrias de base, de modo particular a siderurgia e posteriormente em investimentos de infra-estrutura social.

Na década de 60, contando sempre com a ação do BNDE, o Estado financia a iniciativa privada em todos os segmentos de indústria de transformação, ampliando seu campo de atuação com investimentos além da siderurgia, na mineração, petroquímica e infra-estrutura.

A estrutura montada nesse período constituiu-se na base que serviu de suporte para o crescimento industrial econômico observado nos anos seguintes. Embora passando por períodos de recessão (1969-1967), o Brasil, inicia a retomada do crescimento, vivendo o período do Milagre Econômico, provocado pelo dinamismo do setor de bens duráveis (impulsionado pela concentração de renda e a capacidade de endividamento das famílias) e o "boom" das construções residenciais, apoia uma política econômica expansionista. Como forma de aumentar a diversificação da estrutura industrial, são criados os Planos Nacionais de Desenvolvimentos - PND'S.

O primeiro PND - 1972/1974 teve como objetivos centrais para o desenvolvimento brasileiro os seguintes pontos:

Primeiro - colocar o Brasil no espaço de uma geração na categoria das nações desenvolvidas;

Segundo - duplicar até 1980, a renda per capita do Brasil, em comparação com 1969,...

Terceiro - elevar a economia em 1974 as dimensões resultantes de um crescimento anual do Produto Interno Bruto em 8% e 10% (Brasil - IBGE - I PND, 1971, p. 14-15).

O plano tinha a característica de aumentar o poder de competição das empresas nacionais, baseado num modelo brasileiro de capitalismo industrial; Criar a grande empresa nacional ou levar as existentes a participação de altos empreendimentos; Consolidar a industrialização do Centro-Sul do país, e através do BNDE apoiar a industrialização das demais regiões, sobretudo o Nordeste *"financiando os projetos de grandes dimensões - salgema, cobre, conjunto petroquímico da Bahia - e repasses para bancos regionais em estado de desenvolvimento"*. (Op.cit., p. 28).

O II PND segue as mesmas linhas do primeiro plano, a despeito, da conjuntura internacional desfavorável. Devido ao choque do petróleo (1972), os países desenvolvidos apresentam uma recessão nas suas economias, uma queda da produtividade da estrutura industrial, problemas de finanças públicas e enfraquecimento do Estado. Levanta-

se o debate dando novo enfoque do papel do Estado, salientando a sua menor participação no setor produtivo .

O Brasil apesar deste quadro internacional opta pela continuação do crescimento, baseado na forma de substituição de importações, principalmente na indústria química e petroquímica .

O elemento central para o desenvolvimento continua sendo o Estado, via (BNDE), com a integração do capital nacional e estrangeiro, fortalecendo e complementando o parque industrial brasileiro, apoiado numa política protecionista.

Essa linha de desenvolvimento apoiada em pressupostos errôneos, sobre a real situação econômica brasileira desembocou na crise dos anos oitenta. O papel do estado, passa a ser fortemente questionado, apresentando ineficiências em vários setores de sua atividade, bem como elevado grau de endividamento externo e principalmente interno. Sobre este período falar-se-á posteriormente dado que é uma das vertentes para a mudança e o debate sobre a privatização das empresas estatais, de modo particular o parque siderúrgico nacional.

1.2.2 - Desenvolvimento Capitalista Nordeste

Como foi mencionado anteriormente, na década de 50 o Brasil intensifica o modo de intervenção dentro da economia com a elaboração de diversos planos de desenvolvimento, visando a princípio pontos básicos da economia: educação, saúde, transporte, alimentação, saneamento básico. Visa também resolver os problemas do comércio interno e externo, a questão inflacionária e o déficit financeiro existente. Porém, na prática traduziu-se numa forma de consolidação das estruturas capitalistas, favorecendo grandes empresas nacionais e estrangeiras, aumentando o aspecto dualista tanto nacional como regional.

Só a partir do ano de 1954 começa realmente o processo de planejamento para o desenvolvimento de Nordeste. Vários fatores contribuíram para essa iniciativa, sendo o principal as disparidades regionais verificadas, sobretudo em relação ao centro-sul do país e os problemas observados na própria região.

São criadas instituições que se responsabilizam em fomentar o crescimento nordestino em todas as áreas da economia. Em 1952 foi instituído o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, tendo o início de suas operações iniciadas em 1954, com sede em Fortaleza sob a presidência de Rômulo Almeida.

O BNB nos primeiros anos de atuação, lutou por conseguir a criação de um órgão de caráter de coordenação e planejamento

regional, fato conseguido no final de 1959 quando foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, começando a mesma a operar em 1960.

A SUDENE tinha por finalidades básicas *"de acordo com a lei que a criou: estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento; supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionam especificamente com seu desenvolvimento; executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do NE que lhe foram atribuídos nos termos da legislação em vigor; coordenar programas de assistência técnica nacional ou estrangeira no Nordeste"*. (Albuquerque, 1967, p. 23)

A atuação da SUDENE, apresentou avanços significativos tendo a economia nordestina crescido entre 1960 a 1974 a uma taxa anual média de 7%; aumento da renda per capita, oferta de emprego etc

O mecanismo utilizado pela SUDENE, foram os Planos Diretores. Esses planos constituíram-se sobretudo na política intervencionista do governo federal no NE.

Tinham como objetivos a criação e consolidação de uma infraestrutura econômica; o aproveitamento nacional dos recursos de águas; a reestruturação da economia agrícola; fomento à industrialização, atingindo os demais setores, saúde, educação e habitação pública.

O I Plano Diretor abrange o período compreendido entre 1960-1962, possuía um caráter de instrumento preliminar estrutural, apresentando projetos de infraestrutura básica, tornando viável a atividade econômica que se pretendia criar ou ampliar as iniciativas existentes.

O II Plano Diretor no período entre 1963-1965 equivaleu a um consubstanciamento do I Plano, dando maior ênfase aos diversos setores, sobretudo a criação do capital social básico.

O III Plano Diretor 1965-1968, de forma mais concreta, cusa em investimentos e no tocante a industrialização adota diretrizes concernentes a formação de indústrias germinativas, adquire novo fôlego com o projeto da Usina Siderúrgica da Bahia.

Uma constatação importante no III Plano Diretor foi de que "o setor público, responsável no NE por um montante ponderal de investimentos, não se vem revelando capaz de elevar o seu nível de dispêndio na Região, em razão das diretrizes política econômica federal, da qual resulta insuficiência de recursos para a execução dos Planos Diretores da SUDENE". (op. cit. p. 37)

O IV Plano Diretor 1969-1973, instituiu-se na etapa mais definida para o NE. Acrescenta questionamentos a cerca da questão econômica no desenvolvimento do NE e dá maior ênfase aos órgãos públicos atuantes na região.

Este plano tem o seu período ampliado dado as diretrizes nacionais, determinando um prazo de 5 anos para a realização dos projetos de modo a incorporar a realidade federal e sintonizar com relação aos orçamentos dos planos.

Com relação a industrialização ampliou o apoio a pequena e média empresa, assegurando o acesso aos incentivos fiscais e financeiros; o incentivo à implantação de distritos industriais e ocorreu a implantação definitiva da USIBA.

O IV Plano Diretor é caracterizado a nível Federal como um capítulo referente ao NE no I Plano Nacional de Desenvolvimento, ou seja, foi incluído no trecho referente ao NE - O Programa de Ação do Governo para o Nordeste.

1.2.2.1 - Bahia

A nível de Bahia - por ser uma economia reflexa da conjuntura econômica - os investimentos ocorridos, foram feitos visando não só o crescimento nos diversos setores, mas sobretudo como forma de apoio as economias centrais.

"Até 1950, a economia do Estado se baseava na agricultura e na exportação de produtos agrícolas. As transformações começaram com as atividades da PETROBRAS na extração e refino de petróleo, sendo impulsionado pelo conjunto hidrelétrico de Paulo Afonso implantado pela CHESF. Em 1960, a SUDENE torna possível investimentos industriais como o projeto do Centro Industrial de Aratu. Paralelamente, aumentava o processo de urbanização, ampliavam-se as atividades de comércio e de serviços, assim como a construção civil.

Nos anos 70, a implantação do polo petroquímico de Camaçari e outros empreendimentos complementaram o processo de integração da Bahia à dinâmica da economia brasileira consolidando a vocação do Estado para a produção de bens intermediários. Nesse caminho, verificou-se, em 1980, o início de operação do complexo minero-metalúrgico da Caraíba Metais. A partir de 1982, a Bahia exportava bens manufaturados, principalmente petroquímico, mas também importava artigos industrializados e alimentos". (BAHIA, 1978, p. 7)

Paralelo a estes empreendimentos, foram criados órgãos e institutos, que a princípio deram resultados, porém dado a

política de interesses adotada (conservadorismo parlamentar), problemas de ordem climática e flutuação no nível dos preços, provocou a falência e fechamento de vários, permanecendo poucas empresas desempenhando de forma satisfatória suas atividades. A intervenção governamental tanto a nível federal como estadual tiveram como características básicas o planejamento como forma de dinamizar a economia, esbarrando sempre em interesses de política conservadora e interesses de grandes grupos econômicos, consolidando a estrutura capitalista com altíssimo grau de concentração de renda em mãos de uma minoria.

1.2 - Indústria Siderúrgica no Brasil

A indústria siderúrgica brasileira tomou verdadeiro impulso só a partir da década de 1930 em função das pressões de diversos grupos e a necessidade de dar um novo perfil na industrialização brasileira.

Esse desenvolvimento tardio da siderurgia em relação aos países desenvolvidos advém de vários fatores:

a) com relação a matéria-prima, visto que as reservas de minério se localizavam em Minas Gerais, enquanto que os depósitos de carvão encontravam-se na região Sul, distantes um dos outros e também dos mercados em potenciais de ferro e aço (Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste).

b) o sistema de transporte ferroviário, constituía-se numa outra barreira, dado o grau de desenvolvimento do mesmo, que tornava alto o custo, ou quando muitas vezes era limitado;

c) tamanho do mercado, falta de capital e falta de proteção tarifária adequada, formavam um conjunto que manteve a siderurgia em níveis modestos limitando-se *"até o início da década de 1920 à fundição de ferro em pequenos fornos à carvão de madeira, geralmente localizados próximos à jazidas de minério de ferro e a florestas"*. (Suzigan, 1984, p. 257)

Do final do século XIX ao início do século XX (década de 20) destacam-se os seguintes empreendimentos:

a) construção de dois pequenos altos fornos a carvão vegetal em Esperança e Miguel Burnier no estado de Minas Gerais;

b) tentativa de Trajano de Medeiros e Carlos Nigg de construir uma grande siderúrgica próximo a cidade de Juiz de Fora em Minas;

c) construção e operação, ainda que em curto prazo de uma usina com fornos elétricos em Ribeirão Preto (São Paulo), constituindo-se na primeira usina integrada da América Latina a fabricar laminado a partir do gusa por ela produzido.

Na década de 20 destacam-se alguns empreendimentos: operando os fornos de Esperança e Burnier, alcança relativo sucesso a Usina Gusiroz Júnior, visto que era a única fonte de suprimento para as fundições e indústrias mecânicas do país, produzindo cerca de 15.000 ton. de ferro-gusa por ano, dobrando esse nível no final da década de 1930.

A Companhia Belgo-Mineira é o segundo exemplo de destaque, sendo responsável pela construção da primeira usina siderúrgica integrada no Brasil. Fundada em dezembro de 1921, quando "o grupo belgo-luxemburguês *Aciéries Reunies de Burbach-Eich-Dudelange (ARBED)* assume o controle da então existente *Companhia Siderúrgica Mineira*, esta fundada em 1917 por iniciativa de Amaro Lamari, Gil Gantimozim e Christiano Guimarães. (Banco Econômico, 1993, p. ...)

Realizou-se novos investimentos de forma a equipar a usina com novos altos fornos a carvão vegetal, fornos Siemens-Martins, laminados que levaram sua produção anual para a marca de aproximadamente 40.000 toneladas de aço por ano. Porém sua capacidade estava muito longe de atender a demanda interna de aço, que representava cerca de 500.000 toneladas anuais no período de 1920-1927, sendo classificada como uma usina de pequeno porte, segundo os padrões internacionais.

Outro exemplo de destaque, no período, foi a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas - CBUM, fundada em 1925 pela firma Hime e Companhia.

Os três casos citados acima foram beneficiados pelos subsídios previsto na legislação para incentivo da indústria siderúrgica: isenção de impostos federais na construção, expansão e operação de usinas ou minas; redução nos fretes para as máquinas, matérias-primas, produtos e equipamentos; redução de fretes nas linhas de navegação, ferrovias e empresas de transportes marítimos do governo federal. Com exceção da CBUM às demais foram concedidas empréstimos para ampliação e expansão de suas unidades.

Áfora essas empresas, outras foram construídas sem a ajuda direta do governo:

- Metalúrgica Santo Antônio S/A - 1921 em Minas Gerais;

- Siderúrgica Magnavaca - MG;

- Companhia Nacional de Altos Fornos;
- Fundação de São Paulo;
- Fábrica de Aço Paulista;
- Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia - CBMM.

Destas, apenas a CBMM era de maior porte, tornando-se no final da década de 1930 a segunda maior produtora de aço do país, estando a Belgo-mineira em primeiro lugar.

A partir dos problemas advindos com a Primeira Guerra Mundial e a Depressão Econômica de 30, iniciou-se o debate sobre o grau de dependência do Estado Brasileiro e a necessidade de criar a indústria siderúrgica no Brasil. A título de exemplo um paradoxo observava-se: *"o país importava trilhos que se produziam no exterior com minério oriundo do Brasil..."* o debate realizado nos meios governamentais empresariais e militares foi colocado nos seguintes termos: *criar usinas siderúrgicas de porte médio ou criar a grande siderurgia? Autorizar ou não a participação do capital estrangeiro? Criar empresa privada, mista ou estatal?* (Ianni, 1991, p.42)

Em 1930 reuniram-se vários órgãos como: a Comissão Nacional de Siderurgia, Congresso Nacional, Liga da Defesa Nacional, Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda e o Conselho Federal do Comércio Exterior; Dentre as várias diretrizes adotadas consta a criação do monopólio que favoreceu a criação de um monopólio estatal na siderurgia, bem como um órgão capaz de organizar, dirigir e controlar os investimentos nesta área.

Fica sob a responsabilidade do governo federal, o impulso decisivo para o incremento da indústria siderúrgica, ocorrido a partir de 1940, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN. Em 1946 é instalada a usina em Volta Redonda, empresa estatal de grande porte em seus diversos fatores: capital, tecnologia e organização administrativa como um todo.

Foi responsável pelo aumento de aproximadamente 460% na produção de aço no período de 1940-1950. Primeira usina integrada a coque mineral no país, sendo pioneira na produção de laminados planos.

Seguiu-se um "surto" de usinas de grande e médio portes:

- Cia Aços Especiais Itabira - ACESITA, com usinas em Timóteo - Minas Gerais - 1941;
- CIA Siderúrgica Mannesmann - Belo Horizonte - 1954;
- USIMINAS - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A em Ipatinga - Minas Gerais - 1962;
- COSIPA - Companhia Siderúrgica Paulista - Cubatão - São Paulo - 1963;
- AÇOMINAS - Aço Minas Gerais em Ouro Branco;
- CST - Companhia Siderúrgica de Tubarão - Serra Espirito Santo;

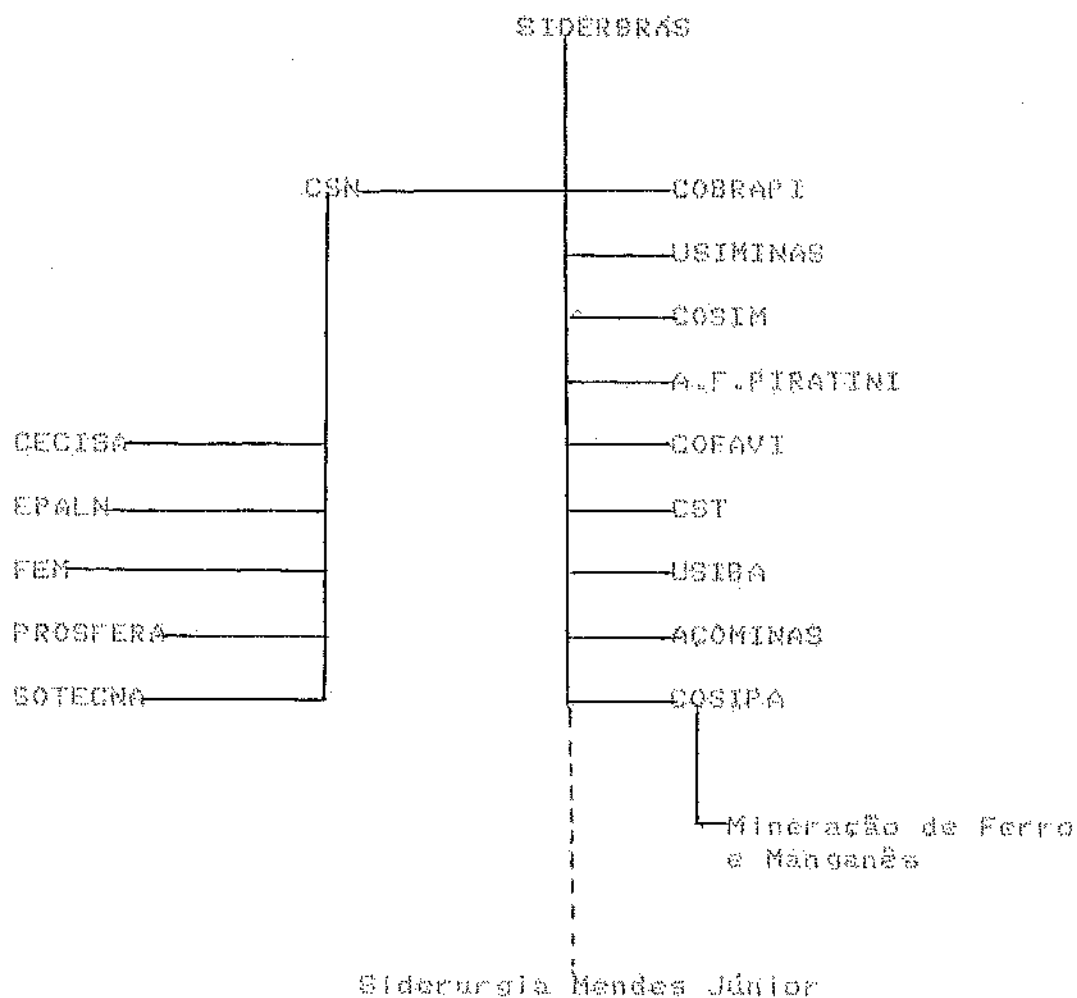
Além dessas foram criadas usinas de pequeno porte como:

- A.F. PIRAYINI - RS;
- COFAVI - Cariacica - ES;
- COSIM - Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes - SP;
- USIDA - Usina Siderúrgica da Bahia - BA;
- COBRAPI - Empresa de Engenharia Consultiva;

Pra controlar as primeiras siderúrgicas foi criado em 1968 o CONSIDER - Conselho Consultivo de não ferrosos e de Siderurgia tendo como função a formulação de política setorial e programação das atividades das empresas. Esse conselho era subordinado ao Ministério da Indústria e Comércio.

Em 1973, criou-se a holding SIDERBRÁS - Siderurgia Brasileira S/A, englobando as usinas estatais, cabendo a esta a distribuição das atividades das siderúrgicas que anteriormente ficava sob a responsabilidade do CONSIDER e principalmente atuando como agente financiador do sistema.

A estrutura da SIDERBRÁS na década de 80 era constituída da forma abaixo



Legendas: _____ participação superior a 50%
 - - - - - participação inferior a 50%

Extraído de Villela, 1991, p. 52

Este sistema gradativamente aumentou a produção nacional, tornando a indústria competitiva, reduzindo as importações, crescendo a taxas altas anualmente, conforme observado na tabela abaixo:

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE AÇO - 1971-1982

Produção (Mil toneladas)

Anos	Aço Bruto	Laminados		
		Total	Plenos	Não-planos
1971	6.011	4.724	2.302	2.422
1972	6.518	5.302	2.612	2.690
1973	7.149	5.975	2.826	3.149
1974	7.507	6.072	2.637	3.435
1975	8.308	6.732	3.144	3.578
1976	9.169	7.918	3.368	3.650
1977	11.164	8.412	4.474	3.938
1978	12.107	9.499	5.116	4.303
1979	13.891	10.776	6.002	4.774
1980	15.337	12.295	6.911	5.304
1981	13.226	10.507	5.684	4.823
1982	12.955	10.918	6.153	4.765

Fonte: Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS)

(Extraído: Villela, 1991, p.55)

Até o final da década de 70 o sistema SIDERBRÁS atuou de forma a produzir os laminados de boa qualidade e a preço baixo, exportando cerca de 30% de sua produção para mais de 40 países. Teve forte influência sobre o setor de bens de capital e sobre as empresas de engenharia consultiva.

A partir de 1980, a conjuntura político-econômica é modificada, passando a existir uma forte pressão no sentido de vender as estatais. Fatos internos, resultando no corte dos investimentos, redução na demanda, aumento da dívida externa e interna entre outros, agravado com a crise na conjuntura internacional, mobilizam os diversos segmentos empresariais, sindicais e governamentais a discutir os pontos favoráveis e desfavoráveis à privatização das estatais, sendo estes fatores analisados no capítulo posterior.

Em toda esta retrospectiva, observa-se o caráter de intervenção do estado, sendo o principal agente construtor da infra-estrutura tanto social como econômica, adotando medidas e planos que muitas vezes favoreceram segmentos "minoritários" da sociedade, setores esses que devido a problemas conjunturais, hoje se ergue contra o Estado, dando ênfase ao modelo neo-liberal da economia.

CAPÍTULO 2 - CRISE NA SIDERURGIA E A PRIVATIZAÇÃO COMO
ALTERNATIVA

2.1 - Crise na Siderurgia Mundial

A siderurgia internacional tem passado nos últimos anos por transformações, tanto econômicas como tecnológicas. Mudanças no processo de produção com novos equipamentos, reduzindo custo e tornando mais eficazes, de forma a atender a demanda pelos mais diversos tipos de aços. Mudanças no padrão locacional e na direção dos fluxos do comércio internacional dos produtos siderúrgicos, são apontados por vários autores, como fatores de transformação.

Mesmo com o aumento da diversificação e utilização de produtos concorrentes como o alumínio e o plástico o aço mantém seu espaço, dado o amplo e significativo leque de utilização dos vários setores industriais. A expansão da indústria siderúrgica impactou diferentemente nos países, tendo destaque a ascensão da indústria siderúrgica japonesa, o incremento nos países periféricos em especial os novos países industrializados asiáticos.

Um aspecto a ser salientado na indústria siderúrgica é o caráter heterogêneo da mesma. Possui na sua composição firmas de características bem distintas, podendo ser distribuídas em quatro segmentos básicos.

* 1 - Usinas verticalmente integradas - empresas que iniciam suas operações a partir do minério de ferro. Existem duas configurações básicas neste segmento: altos-fornos/aciarias (LD ou Siemens Martin) e sistemas de redução direta/aciarias elétricas. A

primeira configuração compreende as grandes usinas siderúrgicas dotadas de coqueiras, unidades de sinterização, altos-fornos, aciarias e instalações de laminação e acabamento. Estas firmas correspondem ao que os americanos identificam de "big steel" e costumam comercializar uma ampla variedade de produtos-revestidos e não revestidos, planos e não planos - na maioria dos casos manufaturados em aço carbono comum.

2 - Usinas semi-integradas - unidades produtoras que fazem uso de sucata externa ou (eventualmente) ferro esponja para a produção de aço em fornos-elétricos. A linha de produtos destas usinas é mais limitada do que a das usinas integradas e tende a se concentrar em laminados não planos.

3 - Usinas relaminadoras - unidades produtoras que não dispõem de aciarias e que utilizam produtos semi-acabados de origem externa especializando-se em relaminações e operações de acabamento.

4 - Usinas com produtos em aço especial - empresas que produzem itens de alto valor-adicionado em aço inoxidável ou ligado. A estrutura tecnológica destas empresas costuma ser semi-integrada". (Braga, 1985, pgs. 4-5)

Destas, as usinas integradas a carvão mineral com produtos de aço carbono, são consideradas as principais dentro do aspecto econômico, se tornando preferenciais nas políticas governamentais sobre o setor.

Em síntese as origens da excessiva expansão e aceleração da capacidade siderúrgica, teve como fatores:

i) tendência declinante dos preços dos insumos siderúrgicos no período entre 1957-1960;

ii) redução nos custos do transporte oceânico, acompanhado do desenvolvimento dos navios graneleiros;

iii) difusão nos países periféricos da indústria siderúrgica nos anos 50, devido aos planos de desenvolvimento implantados nos mesmos.

A evolução dos países com capacidade siderúrgica, passou de 40 em 1964 para 65 em 1965, sendo 23 correspondendo aos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil.

Essa expansão contudo é apontada como causa principal da crise observada na década de oitenta. Os problemas da siderurgia podem ser resumidos, segundo Braga(1985), numa única expressão: Excesso de capacidade. "...parte das dificuldades são explicadas pelo desempenho decepcionante das economias industrializadas nos últimos dez anos... os desequilíbrios prevalentes atingiram dimensões sem precedentes na história da indústria. Os excedentes de capacidade a nível mundial durante as piores recessões das décadas de 50 e 60, por exemplo, nunca ultrapassaram a marca de 100 milhões de t/ano de

aco bruto. Por volta de 1982, no entanto, o mundo se viu confrontado com um excedente de capacidade de cerca de 325 milhões de t/ano de aco bruto". (Braga, 1985; p.2) Tal desequilíbrio pode ser observado na tabela 1 a seguir.

Tabela 1

PRODUÇÃO E CAPACIDADE MUNDIAL DO AÇO BRUTO - 1982
(em milhões de Toneladas)

	Produção	Capacidade
América:		
Estados Unidos	66,1	140
Canadá	12,6	20
México	7,1	10
América do Sul	17,4	31
Outros	0,5	0,9
Europa:		
Comunidade Econômica Européia	111,5	190
Outras economias de mercado	27,9	46
U.R.S.S.	147,3	180
Outras Economias de Planejamento Centralizado	55,8	81
Ásia:		
Japão	99,5	158
China	57,2	40
Outros	36,9	45
África:		
Oceânia	6,6	10
TOTAL MUNDIAL	641,0	967

Fonte: * compilado pelo autor, baseado em: U.S. Department of the Interior (1983: 2).

Notas: a) Aço Bruto é o aço no seu primeiro estágio sólido depois de fundido, incluindo lingotes e produtos semi-acabados de lingotamento contínuo.

b) A Comunidade Econômica Européia inclui: Bélgica, Luxemburgo, França, Itália, Holanda, República Federal Alemã, Dinamarca, Irlanda e Reino Unido.

c) A soma dos itens pode não corresponder exatamente ao total devido a arredondamentos.

Extraído de: Braga, 1985, p. 3

Essa expansão constituiu-se no ponto fundamental que desencadeou a crise mundial. Na década de 70 com o choque do petróleo, a conjuntura internacional foi abalada iniciando um período de recessão das economias centrais. Os países que implantaram vultosos empreendimentos foram os mais prejudicados.

2.2 - Crise na Siderurgia Brasileira

A siderurgia foi um dos setores industriais alvo nos planos de desenvolvimento e crescimento econômico no país. Criada para atender a demanda interna e dar impulso aos segmentos intermediários da indústria.

Conseguiu graças aos investimentos empreendidos, posição de destaque a nível mundial com aumento significativo na produção de aço. Em 1970 a produção brasileira de aço era considerada a 18ª no ranking mundial, estando nos dias atuais situada entre as dez mais.

O parque siderúrgico brasileiro conta com um total de 36 plantas: cinco são usinas integradas a coque, nove integradas a carvão vegetal, duas integradas a redução direta e vinte semi-integradas de menor porte. Ver tabela 2 a seguir.

Tabela 2

USINAS INTEGRADAS E SEMI-INTEGRADAS DO PARQUE SIDERÚRGICO BRASILEIRO

	LAMINADOS PLANOS	LAMINADOS NÃO-PLANOS
	CSN(1) USIMINAS COSIPA CST	CSN(1) ACOMINAS
INTEGRADAS	COQUE	CIMETAL, BELGO-MINEIRA COSIM(3), PAIRS LAFERSA, BARRA MANSÁ, ALIPERTI ACESITA(1), MANNESMANN.
	CARVÃO VEGETAL	
	REDUÇÃO DIRETA	USIBA PIRATINI*
SEMI- INTEGRADAS		ZANINI(3), S. STE- FANO, HINE COSI- GUA, COFAVI, FI-EL ITAUNENSE, CEA CONESA, COSINOR, DEDINI, COBRASMA GUAIRA, ACONORTE RIO-BRANDENSE, CEARENSE, STA. OLIMPIA, MENDES JUNIOR, SIDELPA COPALA, ANHAN- GUERA*, VILLARES* APARECIDA*, VIBA- SA*, ELETROMETAL*

FONTE: Soma Siderúrgica

* Produção em Aço Especial

(1) Produzem Laminados planos e não-planos

(2) A USIBA utiliza o processo HYL de redução direta, usando gás natural como redutor. A PIRATINI utiliza o processo SL/RN de redução direta, usando carvão mineral não-coqueificável como redutor.

(3) Usina desativadas. A COBRASMA S.A Indústria e Comércio produzía semi-acabados e aço para fundição.

Extraído de "Brasa, 1985, p. 24

Os produtos siderúrgicos são divididos em três grandes grupos: produtos semi-acabados, laminados planos e laminados não planos. A produção dos semi-acabados e dos laminados planos está concentrada nas empresas estatais e a dos laminados não-planos no setor privado, conforme acordo estabelecido nas décadas de 40 e 50.

As tabelas 3, 4, 5 e 6 apresentam a estrutura da indústria siderúrgica, podendo ser observado o alto grau de concentração, montado num regime de mercado, marcadamente duos ou oligopolizado.

Tabela 3
ESTRUTURA INDUSTRIAL DA SIDERURGIA BRASILEIRA
(Produtos Básicos)

(Em %)

Produto	Estrutura de Mercado	Firmas (1)	C. Concentração (2)
Ferro - Esponja	Duopólio	A.F. Piratini (E) USIBA (G)	100,0
Ferro-gusa	Oligopólio	Usiminas CBN (E) Cosipa (E) OST (E)	52,5
Semi-acabados	Oligopólio	CSY (E) Açominas (E) Usiminas Suaíra (G)	81,4

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico 1991

Notas: (1) Quatro maiores produtores; (E) Estatal;
(G) = Grupo Gerdau

(2) Parcela dos quatro maiores produtores; Oligopólio = Mercado com coeficiente de concentração > 50%.

Extraído de: Mesquita e Naidim, 1992, p.5

Tabela 4
 ESTRUTURA INDUSTRIAL DA SIDERURGIA BRASILEIRA
 (Produtos Planos)

Produto	Estrutura de Mercado	(Em %)	
		Firmas (1)	C. Concent. (2)
Chapas e Bobinas Drossas	Oligopólio	Usiminas CSN(E) Cosipa(E) Acesita(E)	100,0
Chapas e Bobinas a Quente	Oligopólio	Usiminas CSN(E) Cosipa(E) Acesita(E)	100,0
Chapas e Bobinas a Frio	Oligopólio	Usiminas CSN(E) Cosipa(E) Acesita(E)	100,0
Folhas Não-Rev.	Duopólio	CSN(E) Usiminas	100,0
Chapas Chumbadas	Monopólio	CSN (E)	100,0
Chapas Zincadas	Monopólio	CSN (E)	100,0
Chapas Cromadas	Monopólio	CSN (E)	100,0
Folhas de Flândres	Monopólio	CSN (E)	100,0
Chapas Alto Carbono	Duopólio	CSN (E) Acesita (E)	100,0
Chapas Inox.	Monopólio	Acesita (E)	100,0
Chapas Siliciosas	Monopólio	Acesita (E)	100,0

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico 1991.

Notas: (1) Quatro maiores produtores; (E) = Estatal;
 (G) = Grupo Gerdau

(2) Parcela dos quatro maiores produtores; Oligopólio =
 = Mercado com Coeficiente de Concentração >50%

Extraído de Mesquita e Naidim, 1992, p.6

Tabela 5
ESTRUTURA INDUSTRIAL DA SIDERURGIA BRASILEIRA
(Produtos Não-Planos)

Produto	Estrutura de Mercado	Firmas (1)	C. Concentração (2)
Aços Comuns	Oligopólio	Cosigua(G) Mendes Junior Belgo-Mineira Sid. Paine	61,3
Aços Especiais	Oligopólio	Vibasa(V) A.F.Piratini(E) Acesita(E) Anhanquera(V)	71,4

Fonte: IBS, Anuário Estatístico 1991.

Notas: (1) Quatro maiores produtores, (E) = Estatal;

(G) = Grupo Gerdau; (V) = Grupo Villares.

(2) Parcela dos quatro maiores produtores, oligopólio = Mercado com coeficiente de concentração > 50%.

Tabela 6
ESTRUTURA DO MERCADO DE AÇOS NÃO-PLANOS NO BRASIL
(Em %)

	Produtos Não-Planos de Aços Comuns	Produtos Não-Planos de Aços Especiais
Estatais	0,9	31,6
Grupo Gerdau	39,3	-
Grupo Villares	-	52,4
Grupo Acopart	4,0	-
Belgo-Mineira	14,3	-
Independentes	41,5	16,0

Fonte: IBS, Anuário Estatístico, 1991: Empresas Siderúrgicas do Brasil, 1991.

Taboelas extraídas de: Mesquita e Naidin, 1992, p. 07.

Na década de oitenta considerada década perdida - permeada por períodos contínuos de recessão - a siderurgia apresentou como os demais segmentos produtivos, um declínio tornando-se alvo da campanha de desestatização, por apresentar índices de ineficiência, agravado com alto grau de endividamento, impossibilitando seu auto crescimento.

Segundo Wilberg e Panariello(1989), a holding SIDERBRAS, atribui o baixo desempenho do setor e precária situação econômico-financeira, ao controle dos preços e ao excessivo endividamento, agravado com os encargos financeiros elevados imputados ao setor pela administração governamental no início da década de oitenta.

Juntamente com avaliações otimistas que levaram a realizações de planos de desenvolvimento, incompatíveis com a real situação econômica nacional e internacional agravaram ainda mais as crises de oferta.

Elaborou-se o Plano Siderúrgico Nacional - PSN. O plano previa uma expansão saltando de cerca de 5,6 milhões de toneladas de aço bruto nos anos 70, para 20 milhões de toneladas em 1980. Destacam-se os investimentos na CSN, USIMINAS e COSIPA.

O projeto Estágio III da COSIPA foi considerado o projeto principal dentro as metas de expansão, visto que seria transformada *"numa nova usina de sinterização, uma nova aciaria com 2 conversores*

LD de 1207 e duas máquinas de lingotamento contínuo e a instalação de equipamentos adicionais nas unidades laminadoras de chapas grossas, de tiras a quente e de tiras a frio. O objetivo básico da expansão era o balanceamento da usina a um nível de produção de 3,5 milhões de t/ano de aço bruto, representando uma adição de 1,2 milhões de t/ano à capacidade instalada da usina". (Braga, 1985: p. 23)

Essa direção adotada pelo governo brasileiro de expansão, é devido aos efeitos do milagre brasileiro. Já nesse período, meados de 70, a economia mundial entra em recessão e a economia interna começa a dar sinais de arrefecimento, com o saturamento do aço a nível externo. Os investimentos foram realizados na sua maioria com capital de terceiros via empréstimos e financiamentos. Em 1980 com a mudança na política internacional, de elevação drástica dos juros, desencadeado pelos EUA, no governo de Ronald Reagan, os custos financeiros das empresas estatais foram extremamente elevados impossibilitando seu crescimento e modernização, caracterizando-se a siderurgia como um setor com extrema fragilidade e insolvência financeira.

A tabela 7 apresenta a distorção entre o consumo previsto e o efetivo na produção de aço, comprovando as avaliações otimistas do mercado.

Tabela 7

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DOMÉSTICO
(Em milhares de t)

	Previsão (1)	Efetivo (2)	[(2)/(1)] (%)
Planos			
1980	7.083	6.388	90
1985	13.001	6.111	47
Não Planos			
1980	6.292	5.672	90
1985	10.844	4.338	40
Total			
1980	13.375	12.060	90
1985	23.845	10.449	44

Fonte: Anuários do CONSIDER, 1981 à 1987

Extraído de: Mesquita e Naidim, 1992, p. 4

Em síntese, a crise na siderurgia brasileira, deve-se a interpretações dos fatores internos: avaliações otimistas do mercado e da economia; e dos fatores externos: crise mundial advinda do choque do petróleo, o excesso de capacidade da indústria e posteriormente com a política de juros alta imputada pelas EUA. Esses fatos levaram a um baixo desempenho operacional - financeiro, sendo apresentado como alternativa para sair da crise a desestatização total do setor.

2.3 - Intervencionismo Estatal X Neo-Liberalismo

Nas duas últimas décadas vem-se acirrando a discussão a cerca do papel do Estado na economia. Ressalta-se o elevado número de artigos e textos publicados sobre o tema.

Na defesa do liberalismo um dos nomes que mais se destaca é o de Milton Friedman, sendo apontado como o maior expoente do neo-liberalismo, devido principalmente às suas idéias monetaristas.

Centraliza sua teoria sobre a questão inflacionária. A causa da inflação é devido, segundo ele, a um fenômeno monetário sendo possível corrigi-la através de uma política contracionista; a estabilização da economia é atingida com uma oferta monetária crescendo a uma taxa fixa.

Esta estabilização seria obtida via Estado, sendo esta uma das poucas funções do mesmo. Advogam que uma intervenção no curto prazo provoca reações nos diversos agentes econômicos, que acostumados com as experiências passadas levam a ajustes que desembocam na inflação.

Os neo liberais fazem proposições a cerca da política econômica melhor a ser adotada, recomendando os seguintes pontos?

- Livre mercado;
- Livre comércio internacional;
- Livre empresa;

- Orçamento equilibrado;
- Eliminação do Estado como agente económico.

Com isso se daria à volta do liberalismo económico de *laissez-faire*, *laissez-passer*. Os monetaristas acusam o Estado, pela crise do capitalismo - queda de produtividade e estagflação. O crescimento do estado, segundo eles, ocasionou as elevadas taxas que barram as inovações das empresas, criando déficit fiscal, responsável pela inflação.

Para retomada do crescimento económico, faz-se necessário a eliminação do estado em seus vários aspectos como por exemplos:

- O Estado impositivo - redução das taxas elevadas dos impostos bem como redução do número dos impostos;
- O Estado de Bem-Estar - redução dos gastos sociais;
- O Estado regulador - redução dos controlos e regulações do mercado.

O Estado como agente económico deve desaparecer, via privatização, dando início ao novo modelo - o neoliberalismo económico.

Contrário ao que se presume, o Estado no neo-liberalismo, deve ser forte, se revelando por vezes autoritário. Com as novas regras, acompanhada do amplo desenvolvimento da chamada 3.ª revolução

tecnológica, ocorre o conflito entre os diversos agentes, principalmente com a classe dos trabalhadores, que através de suas entidades sindicais, reivindicam e protegem seus direitos.

O Estado então se apresenta como *"um aparelho repressivo, dotado das forma jurídicas do novo autoritarismo e da ideologia da mobilização geral contra as ameaças que pesam sobre a segurança dos cidadãos..."* esta liberdade econômica que reclama o neo-liberalismo está longe de redundar automaticamente no plano das liberdades políticas: *implica no contrário.* (Villarreal, 1984, p. 76).

A nova proposta exige um estado forte, abdicando de seu caráter interventor e controlador do mercado, retirada do setor produtivo e paradoxalmente torna-se um agente que suprime de forma legal, os direitos sociais e políticos que caracterizam um regime fundamentado na social-democracia.

A outra corrente, favorável ao intervencionismo reconhece a necessidade de reformular a forma de intervenção, revendo o papel do estado.

Reconhece o gigantismo estatal, a pesada carga tributária imposta às empresas, a questão inflacionária e existe um certo consenso a saída do estado em determinado setor produtivo, conservando os chamados setores estratégicos. Não esquecem todavia, o impulso e a infra-estrutura industrial montada pelo Estado e seu papel no crescimento e desenvolvimento da economia.

O Estado deve ser "enxuto", cumprindo seu papel enquanto agente fornecedor do bem estar social e promotor do crescimento econômico com incentivo ao investimento.

Tendo consciência da crise dos anos oitenta, apresenta uma proposta para redefinição do modelo econômico, salientando a presença dos seguintes elementos:

- O Estado visto como agente econômico, assumido diversas funções: sendo encarado como um agente endógeno e intrínseco ao sistema.

- Uma visão mais realista da dimensão política e econômica dos diversos agentes. Levando em consideração a tendência a corporação dos grandes grupos econômicos cada vez mais centralizados e concentradores de capital; a força do capital financeiro - bancários; a capacidade de organização e politização dos sindicatos, necessitando assim de uma "parceria" na nova conjuntura.

- Uma teoria macroeconômica do desequilíbrio, visto ser o mesmo a regra e não a exceção no desenvolvimento e crescimento.

O debate é intenso, pois exige uma forma de coordenar interesses por natureza conflitivos. Promover a "solidariedade" entre o setor público, o social e o privado, com o Estado assumindo o papel de juiz.

Propõe-se em última instância, segundo Villarreal(1984), um modelo de uma economia mista sob a jurisdição do Estado. Não um Estado gigantesco, autoritário, mas um Estado eficiente, racional economicamente e participativo-democrático na esfera social-política.

Um dos pontos mais divergentes no debate é a questão da saída do Estado do setor produtivo. A privatização é vista e apontada se não como a única, mas, a mais eficiente forma do estado resolver grande parte dos seus problemas financeiros. As discussões invadem todos os segmentos da sociedade. Para se ter uma idéia, segundo Sabino Cassese(1993), o número de artigos publicados na imprensa, aumentou de 2.145 em 1987 para 3838 no ano de 1988, significando um aumento de 75%.

Os institutos acompanham e discorrem sobre as privatizações, seus impactos e resultados, observado principalmente nas economias centrais.

O Brasil por estar inserido nesta globalização da economia não escapa a essa fase e como a maioria dos países latino-americanos adota planos de estabilização, tendo nas suas metas a privatização das estatais.

A privatização iniciada na década de 80 com o Plano Nacional de Desestatização, tem sofrido inúmeras críticas, pois, longe de

promover o crescimento e sanar dívidas, o Estado brasileiro, se transforma num transferidor de monopólio - com relevância para o setor siderúrgico - entregando estruturas industriais montadas, sem o devido retorno financeiro, através da utilização de moedas e títulos, classificados de "moeda podre".

As tabelas B e 29 apresentam as privatizações ocorridas no Brasil no período de 1981/1989

Privatizações no Período 1981/1984
(Venda de Controle Acionário ou Ativo, valores em US\$ 1000)

EMPRESA	ATIVOS TOTAIS	TOTAL DE EMPRES.	VALOR VENDA	DATA VENDA
COR - Cia Química do Recôncavo	52,461	238	5,061	11.81
Cia. América Fabril	27,923	ND	28,756	11.81
Holding Riocell	47,944	ND	77,542	03.82
Fábr. de Tecidos Dona Isabel	18,592	ND	14,880	06.82
Método-Org.Plan.	220	361	12	06.82
Inbrapel	1,275	401	3,245	08.82
Coperbo	62,876	1033	24,772	12.82
Opalma	6,929	550	3,655	03.83
Federal de Seguros	17,666	831	7,107	04.83
Nitriflex	27,557	283	5,372	04.83
Cia. Bras. de Cimento P. Perus	7,358	637	15,879	05.80
Criciúma S.A	2,535	89	2,074	05.82
Livr. José Olympio Editora	445	394	281	04.84
Tecelagem Lutfala	736	45	2	84
Subtotal	73,356	4864	90,039	

Fonte: Secretaria Executiva do Conselho Federal e Desestatização/CE/ME.

ND: Não disponível

Tabela 9

PRIVATIZAÇÕES NO PERÍODO 1985/89
(Venda de Controle Acionário ou Ativo, valores em US\$ 1000)

EMPRESA	ATIVOS TOTAIS	TOTAL DE EMPRES.	VALOR VENDA	DATA VENDA
Cia. Mel. Blumenau	386	53	420	08.86
Cia. Nac. de Tecidos Nova América	49,835	3712	15,855	06.86
Máq. Piratininga NE	2,361	333	1,428	07.87
Máq. Piratininga S/A	24,056	1085	107	09.87
Engematic	2,275	12	3,827	01.87
Fermap	1,375	40	859	12.87
Sibra	13,234	1200	29,024	04.88
Aracruz Celulose	101,953	1273	133,799 21,000 1,400	05.88 06.88 03.89
Galnag	101,598	296	72,736	05.88
Caraiiba Metais S/A	1,491,659	3958	87,110	08.88
COSIM	42,418	772	4,123	09.88
Cimetal	63,725	4682	59,000	09.88
Cia. Bras. de Cobre	32,889	964	7,217	04.89
Cia. de Celulose da Bahia - CCB	99,655	190	14,409	07.89
COFAVI	102,176	2550	8,215	07.89
USIBA	131,659	1473	54,240	10.89
Subtotal(1985/1989)	2.261.695	22707	533,363	
Total Geral(84/89)	21.535.250	27571	753.402	

Fonte: Secretaria Executiva do Conselho Federal de Desestatização

Tabelas compiladas a partir de Pinheiro e Oliveira Fg(1991)

2.4 - Experiências de Privatização - Inglaterra, França e Itália

O debate sobre a privatização iniciada nos países industrializados, chega de forma mais decisiva nos países de terceiro mundo no início da década de oitenta, tendo em vista as várias experiências ocorridas na Europa Ocidental.

Destaca-se sobretudo, a experiência inglesa, porém é necessária uma análise, extraindo os pontos positivos e os resultados obtidos pós privatização.

Existem várias formas e modelos de privatização sendo os mais relevantes: a desestatização das empresas públicas, através da venda de ativos de propriedade direta ou indireta do estado; a desregulamentação de forma a aumentar o nível de competitividade nos mercados das estatais e a contratação de determinados serviços privados pelo setor público - concessão.

As experiências que são tomadas como modelo, são a da Inglaterra, França e da Itália. O processo de privatização da Inglaterra, liderado pelo partido conservador objetivava cinco metas principais:

- 1) melhoria da eficiência econômica das empresas estatais;

ii) diminuição da influência político-governamental no processo de tomada de decisão dessas empresas;

iii) aumento da receita com a venda dos ativos governamentais;

iv) a promoção do capitalismo popular por intermédio da ampliação de venda das ações para a população;

v) enfraquecimento do poder sindical nas empresas públicas;

Essas metas foram conseguidas, algumas com maior intensidade do que as outras.

O governo inglês, adotando uma política de grande publicidade oferecendo altos retornos para os novos acionistas, quase duplicou o número de acionistas passando de cinco milhões em 1987 para nove milhões em 1988. A privatização das estatais era vista caso por caso, sem a criação de um ministério específico para esse fim;

A reestruturação das estatais sofreu contudo pressões, tanto por parte dos administradores das empresas como também das instituições financeiras envolvidas, dificultando por vezes o critério de aumento da competitividade nos mercados.

No tocante ao aumento de eficiência, ainda é prematuro fazer comentários, afirmando que as empresas tornaram-se mais eficientes, segundo um trabalho publicado por professores ingleses Mathew Bishop

e John Kay (A privatização funciona? Lições da Grã-Bretanha), demonstrou que a questão da privatização nem sempre significa ganho de eficiência, existindo na economia empresas estatais eficientes e empresas privadas ineficientes.

Na França a privatização ocorreu como uma reação das decisões adotadas pelo governo do Presidente François Mitterrand, tendo ocorrido na sua gestão a estatização de várias empresas como cinco grandes grupos industriais estratégicos, dois siderúrgicos, duas empresas de armamento, três empresas com grande participação de estrangeiros, três bancos de depósitos e duas companhias financeiras.

A reação iniciada com Jacques Chirac, englobou a venda, no período compreendido entre outubro de 1986 à junho de 1987, de treze empresas públicas no valor de FF 55 bilhões, com um programa que visava a privatização de 65 empresas públicas. A receita adquirida com a venda dos ativos foi utilizada para o pagamento da dívida e capitalização de outras empresas públicas.

Foram estabelecidas na França os campos precisos do Estado nos setores de comunicação e televisão, cabendo a este a continuação do monopólio estatal.

Nos dois últimos anos, o processo de privatização na França, tem se intensificado. Conseguiram-se a aprovação de um projeto de lei,

autorizando a venda de mais de 20 estatais de grande porte, entre elas: O Banco Nacional de Paris, a montadora RENAULT, empresas químicas e petrolíferas.

Na Itália o processo de privatização visava o fortalecimento da presença estatal em setores selecionados e não a retirada pura e simples do Estado na economia. Adotando a estratégia de ir em busca de "parceiros" - união de riscos - internacionais que atuem nos setores mecânico, aeroespacial, de informática, entre outros. Com os acontecimentos políticos dos últimos tempos "passando a Itália a limpo" intensificou-se o desejo de privatização de grandes empresas italianas. AGIP - grande empresa petrolífera, STET - monopólio de telecomunicações, bancos etc..

Contudo pouco efeito concreto tem-se observado ficando prematuro qualquer diagnóstico favorável ou não ao processo de privatização. No mundo como um todo, a privatização vai gradualmente invadindo as diversas economias, tanto as mais como as menos desenvolvidas, incluindo países do leste europeu, principalmente após a derrubada do regime socialista..

Segundo dados da Gazeta Mercantil em 1992 o total acumulado de privatização à nível mundial, atingiu a enorme cifra de US\$ 328 bilhões tendo um número médio de 150 privatizações.

O Brasil fazendo parte dessa conjuntura adota uma postura, colocando nas costas das estatais quase toda responsabilidade do entrave na economia.

A privatização da USIBA S/A ocorrida em outubro de 89 faz parte dessa mentalidade corrente. No próximo capítulo é apresentado um estudo mais detalhado sobre a mesma, identificando os diversos fatores que a levou a apresentar um baixo desempenho operacional-financeiro, sendo considerada uma estatal deficitária e portanto passível de privatização.

CAPÍTULO 3 - PRIVATIZAÇÃO DA USINA SIDERÚRGICA DA BAHIA S/A
- USIBA -

3.1 - Breve Histórico

A usina siderúrgica da Bahia - USIBA S/A, foi esboçada na segunda metade da década de 50, pela Fundação de Planejamento Econômico, através do PLANDEB II - Plano de Desenvolvimento da Bahia. Este plano serviu como uma das bases para a elaboração do I Plano Diretor da Sudene.

A implantação da siderurgia na NE, tinha como objetivo central, o crescimento da economia, solucionando problemas na oferta de produtos siderúrgicos e favorecendo o surgimento de outras indústrias (Efeito para frente e para trás de Albert O. Hirschman).

A SUDENE, criada recentemente - 1959 - avalia o projeto da USIBA e passa a apoiá-lo, visto ser uma oportunidade de fortalecimento da economia nordestina.

A existência na Bahia do gás natural de petróleo (de propriedade da PETROBRÁS), que era queimado por não existir utilização econômica para o mesmo, constituiu-se num dos fatores básicos para a implantação da siderúrgica no estado. Foi inicialmente projetada para produção de aços planos - folhas de flandres e chapas leves - utilizando como agente redutor o gás natural de petróleo.

Serviu de referência para a USIBA uma siderúrgica mexicana - Mojana e Lamina (Hojisa) que utilizava o gás natural de petróleo como

agente redutor. Foi contratada uma empresa americana Swindell-Dressler, para o desenvolvimento do projeto por ser a mesma fornecedora da tecnologia para a Hylsa.

3.1.1 - Quadro Histórico da usina

1959 - Projeto de criação de uma siderúrgica na Bahia, visando o crescimento econômico local e regional.

1961 - Encaminhado à SUDENE o projeto de viabilidade econômica da implantação da USIBA.

* Realizaram-se contatos com a PETROBRÁS, sobre a questão do gás natural de petróleo, indispensável para a implantação da empresa.

* Enviada ao Conselho Deliberativo da SUDENE, uma proposta para constituição de uma Sociedade de Economia Mista, que ficaria responsável pela implantação e operação de uma usina siderúrgica no Estado da Bahia.

1963 - A SUDENE autoriza a implantação e operação da USIBA, através da Resolução SUDENE n.º 751.

* É firmada a escritura da firma e constituída sua 1.ª Diretoria. A USIBA S/A é constituída com um capital inicial

equivalente a US\$ 300.000,00, sendo sócios a SUDENE com 60% das ações, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) cada uma com 20% das ações.

* Iniciam-se contatos de financiamento com o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento; elaboram-se os estudos de localização, mercado e suprimento de insumos.

1964 - Concluídos os estudos, a SUDENE reconhece formalmente o Projeto da USIBA, sendo considerada de alto interesse para o desenvolvimento no Nordeste Brasileiro.

* É firmado com a PETROBRÁS contrato de fornecimento de 325.000 m³/dia de gás natural e também contrato de fornecimento de minério de ferro pela CVRD.

1965 - A PETROBRÁS garante o fornecimento de gás natural por um período de 20 anos.

1966 - Tem início a aquisição dos terrenos, para a implantação da USIBA.

1967 - A SUDENE aprova via Conselho Deliberativo o projeto original da usina com a Resolução n.º 349.

1968 - Neste período ocorrem fatos que posteriormente afetarão o desempenho operacional-financeiro da usina.

* Obtenção do primeiro financiamento junto ao BIC no valor de US\$ 200.000,00.

* A SUDENE considera o projeto prioritário, enquadrando-o no regime de incentivos fiscais administrados por aquela Superintendência, com a conseqüente possibilidade de receber recursos derivados do pagamento do Imposto de renda segundo artigo 34 da Lei n.º 3998/1961 e artigo 18 da Lei n.º 4239/1963*. (LL Projetos, 1989, p. II-4)

* Aquisição do terreno para instalação da usina, tendo uma produção inicialmente estimada de produtos planos de aço carbono, a fim de atender a demanda nordestina, com chapas finas e folhas de flandres.

* A usina começa a receber uma série de restrições no tocante a sua produção principalmente de folhas de flandres, é questionada pela CSN dado ser esta única produtora nacional do produto. O mercado nacional entrava em crise e estando prevista a entrada em operação da USIMINAS e COSIPA (produtoras de aços planos), o governo federal oferecia restrições ao projeto USIBA, argumentando que ocorreria um excesso de oferta de laminados planos no mercado brasileiro.

Este argumento foi refutado pelo Conselho da SUDENE e da Diretoria da USIBA "o argumento invocado de que haverá "déficit" no suprimento futuro de produtos não planos e de

que, no tocante a produtos planos isso não ocorrerá é improcedente e a destinação da USIBA à produção de perfilados (tarugos), contraria simultaneamente o interesse nacional e o do Nordeste". "Por outro lado a alteração recomendada pelo CONSIDER privaria o Nordeste de indústria fundamental para o seu desenvolvimento portanto a experiência tem demonstrado que o suprimento de chapas na região é irregular e insuficiente em todas as ocasiões em que se verifica escassez, como ocorre agora e ocorrerá inevitavelmente nos próximos anos". (USIBA, 1968)

* O projeto original da USIBA é recusado pelo CONSIDER, onde fica decidida a mudança na linha de produção. A USIBA deixa de ser uma usina integrada produtora de laminados planos de aço e passa a ser uma usina semi-integrada, produzindo semi-acabados de aços carbono comum (tarugos).

1969 - Decidida a mudança no projeto original da usina, seguiu-se o aval do governo federal para continuação do empreendimento. São obtidos financiamentos para compra dos principais equipamentos. Observa-se que o financiamento foi obtido num consórcio de bancos franceses e os equipamentos adquiridos em empresas da França. A modificação da linha de produção correspondeu a um aumento no tamanho do projeto sendo feita uma estimativa de produzir 250.000 t/ano de tarugos.

* Ocorre a aceleração da estrutura física da usina, com recursos da SUDENE e incentivos fiscais do Imposto de renda.

1972 - Através da resolução no 17/72 do CONSIDER é aprovado em novembro de 1972 o projeto da USIBA enquanto usina produtora de laminados não planos comuns.

1973 - Entra em funcionamento no mês de junho, a unidade de aciaria, contrariando o fluxo do processo de produção dado que esta é uma etapa posterior a etapa de redução direta (ver Fluxograma do processo de produção da USIBA no anexo I).

1974 - * Entra em funcionamento , no mês de março, a unidade de redução direta.

* O prazo para fornecimento do gás natural de petróleo previsto para 20 anos tem início nesta fase.

* No final de 74, o governo federal intervém, ficando o controle acionário da usina sob a responsabilidade da holding SIDERBRÁS, desvinculando-se da SUDENE.

1977 - Tem início a operação da unidade de laminação, produzindo vergalhões para a construção civil e posteriormente fio máquina em bobinas (matéria prima para indústria de arames e derivados).

* Dado o atraso nesta etapa da usina, a produção ficou centrada para produtos semi acabados e a laminação sendo efetuada por outras empresas.

Entre 1977 e 1988 a usina enfrentou outros problemas de natureza administrativa, financeira e produção os quais prejudicaram o seu desempenho que serão tratados no item 3.2.

3.2 - Aspectos Estruturais e Operacionais

3.2.1- Localização

A usina siderúrgica da Bahia, localiza-se no km 16 da BR-324 Salvador Feira de Santana, no município de Simões Filho. O principal motivo desta localização foi a disponibilidade do gás natural do Recôncavo Baiano. (Ver anexo II)

3.2.2 - Mercado

A produção nacional de laminados não planos perfaz um total na capacidade instalada de cerca de 6 milhões t/ano. Essa produção é atingida por aproximadamente 26 empresas, incluindo-se a USIBA.

Destacam-se o grupo Berndau, a Belgo-Mineiro e a Mendes Jr., como grandes concentradoras sendo os responsáveis por 63,3% da capacidade produtiva do setor.

A nível regional observa-se um certo equilíbrio, estando a concentração da produção dividida entre o grupo Berndau, correspondendo a 46,3% e a USIBA a 38,3% da capacidade total instalada do setor.

Os quadros I e II demonstram a participação da USIBA tanto no mercado nacional como regional na produção de laminados não planos comuns.

QUADRO I

CAPACIDADE INSTALADA BRASILEIRA DE PRODUÇÃO DE LAMINADOS NÃO PLANOS COMUNS (Vergalhão e Fio Máquina)

Empresa	Quantidade (mil t/ano)	%
Cosigua	1.232	20,5
Rio Grandense	605	10,0
Aço Norte	364	4,4
Guaira	115	1,9
Cearense	55	1,1
Comesa	42	0,7
Belgo-Mineira	775	12,9
Mendes Júnior	726	12,0
Usiba	310	5,1
Paino	340	5,7
Oedini	270	4,5
Aliperti	236	3,9
Barra Mansa	270	4,5
Cosiner	79	1,3
Outros	692	11,5
Total	6.016	100,0

Fonte: Estrutura Produção CONSIDER (Período 1986-93)

Anuários Estatísticos - Ano 1987

Obs.: 1) O Grupo Aerdau é composto das empresas Cosigua, Rio Grandense, Aconorte, Guaira, Cearense e Comesa, respondendo por 98,6% da capacidade brasileira.

2) A Cosigua engloba as capacidades da NIME e USINA DE BARÃO DE COCAIS.

QUADRO II

CAPACIDADE INSTALADA REGIONAL DE PRODUÇÃO
DE LAMINADOS NÃO PLANOS
(Vergalhão, fio máquina, barras e trefilados)

Empresa	Quantidade (mil t/ano)	Localização	%
USIBAN	310	Bahia	30,3
Açorte	264	Pernambuco	22,7
Cosinor	79	Pernambuco	9,5
Cearchsc	64	Ceará	8,2
Comesa	44	Alagoas	5,4
Siderama	33	Amazonas	4,1
Copara	12	Pará	1,5
Total	808		100,0

Fonte: Estrutura de Produção CONSIDER (Período 1988-93)

Anuário Estatístico - 1997

* Com a reforma da aciaria de sua usina em 1988, a USIBA tem como atingir sua capacidade nominal de laminação (400.000 t/ano).

Obs.: Os quadros foram extraídos de LI Projetos, 1989, p. III-7 e III-8)

No período que potencializou sua produção (década de 80) a USIBA, sofreu vários obstáculos para realização da demanda. No mercado nacional a economia entrando em recessão, trouxe reflexos na demanda por produtos laminados não planos. De início a solução encontrada foi o dimensionamento para o mercado externo. Porém o mercado internacional, passava também, como comentado no capítulo anterior por uma crise econômica, tendo o impacto no mercado siderúrgico. Observou-se uma queda nos preços internacionais, cujo reagendamento só verificou-se a partir de 1989 (período do processo de privatização da empresa). A USIBA foi fortemente prejudicada,

pois viu-se obrigada a vender produto por vezes abaixo do custo, trazendo graves consequências financeiras.

O quadro III comprova a evolução dos preços dos produtos para exportação.

QUADRO III

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE EXPORTAÇÃO

(US\$ t/FOB)

Ano	Vergalhão	Fio - Máquina
1978	211,00	219,30
1979	294,00	392,05
1980	337,00	363,34
1981	240,05	254,12
1982	217,09	296,52
1983	189,93	203,66
1984	214,44	236,23
1985	210,74	222,93
1986	217,64	224,94
1987	199,64	229,04

Fonte: Relatórios Anuais do CONCIDER/IBG - Estatística
Extraído dos LL Projetos, 1989, p. III-11

Ao longo da sua existência como estatal, a USIBA enfrentou sérios problemas para realização da produção, que podem ser sintetizados da seguinte forma:

1) A economia brasileira, sendo continuamente permeada por um clima de instabilidade financeira e altos índices de inflação, desestimulou os investimentos no setor privado, prováveis consumidores de laminados não planos;

(ii) Dificuldades no sistema financeiro de Habitação, com o desinvestimento em imóveis, principalmente para as classes de menor poder aquisitivo.

(iii) Dado o vínculo com o governo federal e o mesmo estando incapacitado para investimentos em suas estatais, não obteve o apoio necessário para solucionar suas dificuldades. Necessidades de investimentos inclusive para a remodelação da unidade de Redução Direta.

3.2.3 - Mão de obra

Na parte administrativa a empresa possuía um Conselho de Administração composto por 3 membros: o Presidente da USIBA, o representante da SIDERBRÁS e o representante dos Acionistas Minoritários. Sua Diretoria era composta por 5 membros ocupando os seguintes cargos: Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Industrial, Diretor Comercial e Diretor Administrativo.

Grande parte da mão de obra de nível técnico, foi recrutada do Centro-Sul do país - predominantemente de Minas Gerais e alguns de São Paulo e do Rio de Janeiro. Verificou-se grande dificuldade de fixação dos técnicos face não só as suas origens como ao fato de os salários da USIBA serem inferiores àqueles pagos pelo mercado regional. Cabe lembrar que a CARAÍBA METAIS quando da implantação da

sua laminação "tirou" muitos técnicos da USIBA, oferecendo-lhes salários muito mais elevados, embora fosse também uma empresa estatal. Efeito semelhante foi registrado com relação às empresas do Polo Petroquímico de Camaçari notadamente a CERAM e COPENE.

Observa-se assim uma rotatividade muito alta tanto a nível técnico como administrativo, "no período de 11 anos (1977 a 1988) a USIBA teve 6 Presidentes, 5 Diretores Industriais, 4 Diretores Comerciais, 4 Diretores Administrativos e 3 Diretores Financeiros. (LL Projetos, 1989, p. II-15)

Esta rotatividade deve-se em grande parte a influência de mudanças no governo Federal.

3.3.4 -Estrutura Operacional e Financeira

A obtenção de um produto de aço por ser realizada através dos seguintes métodos: "por fusão, por elaboração a quente e por elaboração a frio. Esses métodos podem combinar-se. A fusão é feita em moldes de terras especiais. O aço fundido entra na cavidade e ao resfriar-se, solidifica-se. A elaboração a quente (usinagem) faz-se com laminadores devidamente refrigerados, cujo cilindro colhem e estiram os lingotes de aço aquecidos ao rubro. O primeiro laminador da série é o desbastador, do qual sai o aço em segmentos de três a nove metros de comprimento, em geral submetido a sucessivas

laminacões, aquecendo-se quando necessário em fornos adequados. Dos vários laminadores saem os perfilados. (BancoEconômico, 1993, p.3)

A USIBA sendo uma usina integrada possui um sistema de produção compreendendo 4 etapas distintas: Redução Direta, Aciaria Elétrica, Lingotamento Contínuo e Laminacão a quente..

Estando com todas as fases implantadas e em operação a USIBA, teve como principais produtos o vergalhão e fio máquina. Eventualmente a USIBA vendia o ferro esponja e tarugos, embora esses produtos intermediários fossem produzidos primordialmente para utilização no processo produtivo na própria empresa..

Na produção desses produtos a USIBA, utiliza insumos que são provenientes na sua maioria do mercado interno. No quadro IV é apresentado a participação dos principais insumos na produção, podendo ser notada a importância do gás natural, é necessária essa observação dado, que um dos fatores que contribuiu para problemas financeiros foi o aumento no preço do gás natural, que elevou os custos de produção, sem o correspondente aumento no nível do preço final. Isso ocorreu devido a política de preços do Governo Federal, impedindo via SIDERBRÁS e o Conselho Interministerial de Preços - CIP, o alinhamento dos preços..

A USIBA, empresa industrial, não podia devido à política do governo federal, concorrer na comercialização com o setor privado.

Em outras palavras não podia ter postos de venda ao consumidor, ou ainda, não podia ter a "USIBA Comercial" como os grupos privados possuíam (Comercial Gerdau, Trevo etc). Isto permitia que os produtos privados obtivessem preços finais (no distribuidor) até 25% superiores aos da USIBA.

Howe uma perda no faturamento estimado conforme demonstrado no quadro V.

QUADRO IV

PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS INSUMOS NO CUSTO DE PRODUÇÃO 1988

INSUMOS	Participação no custo de Produção (%)	Evalução de Preço no Exercício (%)
Gás Natural	16	1.000
Minério de ferro	12	1.135
Sucata	12	850
Ferro Gusa	8	1.001
Energia Elétrica	7	914
Eletrodo de Grafite	4	816
Óleo Combustível	3	847
Ferro Silício Manganês	3	971
Ferro Silício 75%	1	798
Cal Virgem	1	824

Fonte: USIBA - Relatório de Administração - 1988

QUADRO V

DESCAPITALIZAÇÃO DETERMINADA PELOS PREÇOS DE VENDA ESTABELECIDO PELO CIP (valores em mil) 1978-1981

ANO	Faturamento de Produtos acabados no merc. interno	Faturamento estimado	Perda de faturamentos
1978	736.315	920.390	184.075
1979	1.578.515	1.969.390	390.875
1980	4.824.660	5.655.825	1.131.165
1981*	1.593.690	1.994.605	398.915

Fonte: USIBA, Relatório de Administração de julho de 1987

* Até março

Quadros Extraídos de: Fundação CPE, 1990, p.107 e 109

Além da questão dos preços a usina teve problemas de ordem técnica que provocou entraves na produção. Sendo necessário que

todas as fases estivessem em plenas condições de operação, falhas no sistema operacional contribuíram também para o desempenho deficiente apresentado.

O equipamento de lingotamento de origem francesa apresentou falhas que demandaram 3 anos para serem ajustadas; a demora na entrega do equipamento de laminação e no forno elétrico formaram um bloco de falhas técnicas, acoplado com o problema da mão de obra descrita anteriormente que resultou em sérios prejuízos operacionais agravando a situação financeira da empresa.

Passado o período de ajustes a USIBÁ não conseguiu se equilibrar financeiramente.

Sem condições de rolamento da dívida e com os altos índices inflacionários, apresentados na economia, aumentando os Juros e a correção cambial, a empresa foi acumulando prejuízo de aproximadamente US\$ 20 milhões por ano.

O balanço do exercício de 1988 apresentava a seguinte situação:
(em US\$ 1.00)

ATIVO	
ATIVO CIRCULANTE	15.710.947
* Contas a Receber	5.143.401
* Estoques	8.911.509
* Outros	1.656.037
EXIGÍVEL LONGO PRAZO	2.044.010
IMOBILIZADO	113.982.110
Total	131.737.067
PASSIVO	
PASSIVO CIRCULANTE	8.436.019
* Fornecedores	3.201.713
* Contas a Pagar	2.845.421
* Outros	2.369.885
FINANCIAMENTOS	19.165.336
* No curto prazo	10.709.738
* No longo prazo	8.455.598
OUTROS EXIGÍVEIS LP	387
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	104.135.325
* Capital Integralizado	18.405.919
* Reservas	215.059.141
* Prejuízos Acumulados	(206.838.393)
* Adiantamentos SIDERBRÃO	79.470.658
TOTAL	131.737.067

Extraído de: LL Projetos, 1989, p. U-3

A maioria dos financiamentos foram obtidos com a iniciativa privada estando o pagamento previsto para o período compreendido entre 1989 à 1994.

3.3 - Desempenho USIBA

Como pode ser observado, ao longo de sua implantação e operação a USIBA apresentou prejuízos operacionais financeiros devido a diversos fatores:

- * Política intervencionista do governo federal, resultando em custo alto para implantação do projeto (devido a mudança na forma original), sendo gasto US\$ 120 milhões para a implantação de US\$ 300 milhões para cobrir os déficits operacionais;

- * Problemas de ordem técnica: defasagem de implantação e operação na linha de produção;

- * Custos operacionais altos agravados com a política de preços ditada pelo CIP além do aumento do preço do gás natural, insumo de maior importância na produção;

- * Problemas com a mão de obra qualificada, aliada a alta rotatividade na gestão administrativa-gerencial;

Em suma, um conjunto de fatores internos a empresa, agravados com fatores externos na ordem econômica nacional e internacional.

3.4 - Processo de Privatização

O estudo sobre a situação da empresa iniciou-se em 1985. Instalou-se um grupo de trabalho formado por representantes do Conselho Federal de Desestatização, representantes da SIDERBRÁS, e representantes da USIBA. *"Com a publicação dos decretos n.ºs 91.991 e 91.992, de 28-11-85 e da Portaria Interministerial n.º 10 de 15-01-86, a USIBA foi enquadrada entre as empresas estatais passíveis de privatização"*(USIBA, 1985, p.2)

Em decorrência da avaliação sobre a situação da usina, no início de 86, face o estado de *"degradação dos resultados da Empresa, consequência da aplicação da reforma monetária governamental na economia e finanças da (empresa)"*(USIBA, 1986), são dadas sugestões para minorar o problema sendo feito um saneamento financeiro. A SIDERBRÁS injetou um capital no valor de aproximadamente US\$ 79,5 milhões em 1983(Ver balanço p. 82).

A USIBA foi vendida no dia 3 de outubro de 1989, mediante leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O processo foi de responsabilidade do BNDESPAR. Foi adquirida pelo grupo Gerdau pelo valor de US\$ 54,2 milhões mais US\$ 27,2 milhões em dívidas assumidas pelo grupo, perfazendo um total de US\$ 77 milhões(Conforme Fundação CPE, 1990, p. 116).

O Grupo Gerdau empregava cerca de 16.204 pessoas, sendo composto de várias empresas de maior ou menor porte onde destacam-se: *Metalúrgica Gerdau S/A, Siderúrgica Rio Grandense S/A, Siderúrgica Aconorte S/A, Companhia Siderúrgica da Guanabara - CONSIGUA, Siderúrgica Guairá S/A, Companhia Siderúrgica de Alagoas - COMESA, Siderúrgica Cearense S/A, Usina Siderúrgica das Bahia - USIBA, Siderúrgica Laisa S/A (Uruguai), Constice Steel Inc. (Canadá), Comercial Gerdau Ltda, Cipei - Cia de Industrias Florestais do Rio grande do sul, Selva S/a, - Florestas Industriais, Madeireira Rio das Pedras Ltda, Gerdau Serviços de Informática S/A - OSI[®].* (Fundação CPE, 1991, p.110 e 112)

Depois da privatização a USIBA teve redução no quadro de mão de obras, passando de 1473 para 603. Esta mudança é devido ao grupo Gerdau centralizar a administração regional na cidade do Recife - PE. Com essa aquisição a Gerdau passou a constituir-se num quase monopólio siderúrgico no Norte-Nordeste do país, detendo cerca de 90% da capacidade produtiva instalada na região. Esse fato vai de encontro ao ponto de que com a privatização de aumentar o grau de competitividade na indústria levando a uma maior e melhor oferta dos produtos demandados pelos setores intermediários e dependentes da siderúrgica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de privatização e os fatores que levam uma estatal brasileira a ser classificada como ineficiente e deficitária foram vistos ao longo deste trabalho, através do estudo de caso da USIBA. É possível levantar algumas considerações abrangendo tres enfoques:

- 1 - Papel do estado brasileiro na economia
- 2 - A privatização como alternativa para a crise das estatais
- 3 - Conseqüências da privatização.

1 - O Estado brasileiro como pôde ser demonstrado, tem um caráter predominantemente intervencionista na economia. Desde a formação da infra estrutura, servindo de alavancagem para o setor privado, como intervenção e regulamentação nos mercados de bens e serviços e o financeiro.

Por ser uma economia inserida no sistema de globalização, o Brasil reflete todas as mudanças no modelo de desenvolvimento ditada pelos países desenvolvidos.

Diante da nova ordem mundial, acirra-se nas economias o debate entre os defensores do neo liberalismo e os do intervencionismo estatal. Acredito que uma melhor alternativa seria uma situação de equilíbrio de forças.

Um modelo onde o estado assume o papel de regulador dos mercados, atuando em setores produtivos estratégicos; Adote uma política que promova o crescimento da economia preservando o bem estar da sociedade como todo, de modo a esta possua o mínimo necessário para viver dignamente exercendo sua cidadania.

As perspectivas para o próximo governo não parecem tender para esta direção. A economia tem uma previsão de crescimento do PIB, entre 6% a 8% ao ano. Porém corre-se o risco de que parcela significativa da população fique a margem deste crescimento. Acompanhando os programas dos países latinos americanos, onde se cresce economicamente a custa do agravamento dos problemas sociais (desemprego, aumento da violência, favelas etc).

É necessário um conjunto de forças, que se oponham de forma a atingir um equilíbrio onde exista : um Estado forte, eficiente, "enxuto", organizado, um setor privado com um parque industrial moderno e competitivo de forma a aumentar a produtividade e os lucros enfrentando a concorrência com comércio exterior e uma sociedade onde se possa exercer, individualmente ou através de suas organizações ou entidades, sua cidadania.

A privatização no Estado Brasileiro é defendida como uma maneira de resolver os problemas financeiros e fiscais do governo; aumentar a competitividade das empresas, favorecendo o crescimento e modernização nos diversos setores produtivos, porém estes aspectos não são observados na prática.

O setor siderúrgico passou por todas os entraves internos e externos, visto com o caso da USIBÁ. Por caracterizar-se com uma estrutura altamente concentradora (conforme observado nas tabelas 4, 5 e 6 do segundo capítulo), com o Programa Nacional de Desestatização revelou-se numa transferência de monopólios estatais para a iniciativa privada.

Atualmente as empresas encontram-se sobre o controle quase total de grandes grupos altamente concentradores, podendo impor o nível de preço, produção, qualidade do produto, contrariando um dos principais argumentos que é o aumento da competitividade no mercado. Esta concentração pode ser observada no quadro a seguir.

SETOR SIDERURGICO

EMPRESA	DATA DO LEILÃO	PRINCIPAL COMPRADOR
USIBA	03/10/89	GRUPO GERDAU
USIMINAS/USIMEC _m	24/10/91	CONS. BOZANO SIMONSEM _m
COSINOR	14/11/91	GRUPO GERDAU
CST	16/07/92 _m	GRUPO BOZANO SIMONSEM, CYRD E UNIBANCO
A.F. PIRATINI	14/02/92	GRUPO GERDAU
ACEBITA	23/10/92	PREVI, SISTEL, E Banco SAFRA
CSN	02/04/93	Banco SAMERINDUS, GRUPO VICUNHA, DOENANE BRADESCO E ITAÚ
COSIPA	20/08/93	ANGUILLA E BRASTUBO
ACOMINAS	10/09/93	MENDES JUNIOR

Notas

a) Em 17.05.91 a USIMINAS adquiriu 99,9% do capital total da USINEC, que foram vendidos conjuntamente. b) As principais instituições que compõem o Consórcio Bozano-Simonsen são: Bozano Leasing, Grupo Econômico, Grupo Suzano, UNIPAR e COPERBÓ/NORQUISA; c) O leilão da CST foi realizada em duas etapas: 1^a etapa no dia 16.07.92 e a 2^a etapa no dia 23.07.92.

Quadro montado a partir de tabelas dos indicadores IESP (vários nos) e texto do IPLAN/IPEA.

A USIBA embora sendo uma empresa de pequeno porte, reflete todos ou a maioria dos fatores que levam as empresas estatais (EE) brasileiras a serem classificadas como ineficientes. Certo que nas EE de maior porte, como a ACOMINAS, COSIPA, CSN, possuíam condições de permanecer no mercado, se não fosse a dependência gerencial, tendo que acatar as diretrizes da SIDERBRÁS e da SEST - Secretaria

das Empresas Estatais- sobre alinhamento de preços, financiamentos etc e a pressão dos grupos privados advogando-se como competentes e eficientes, podendo assumir o controle das empresas.

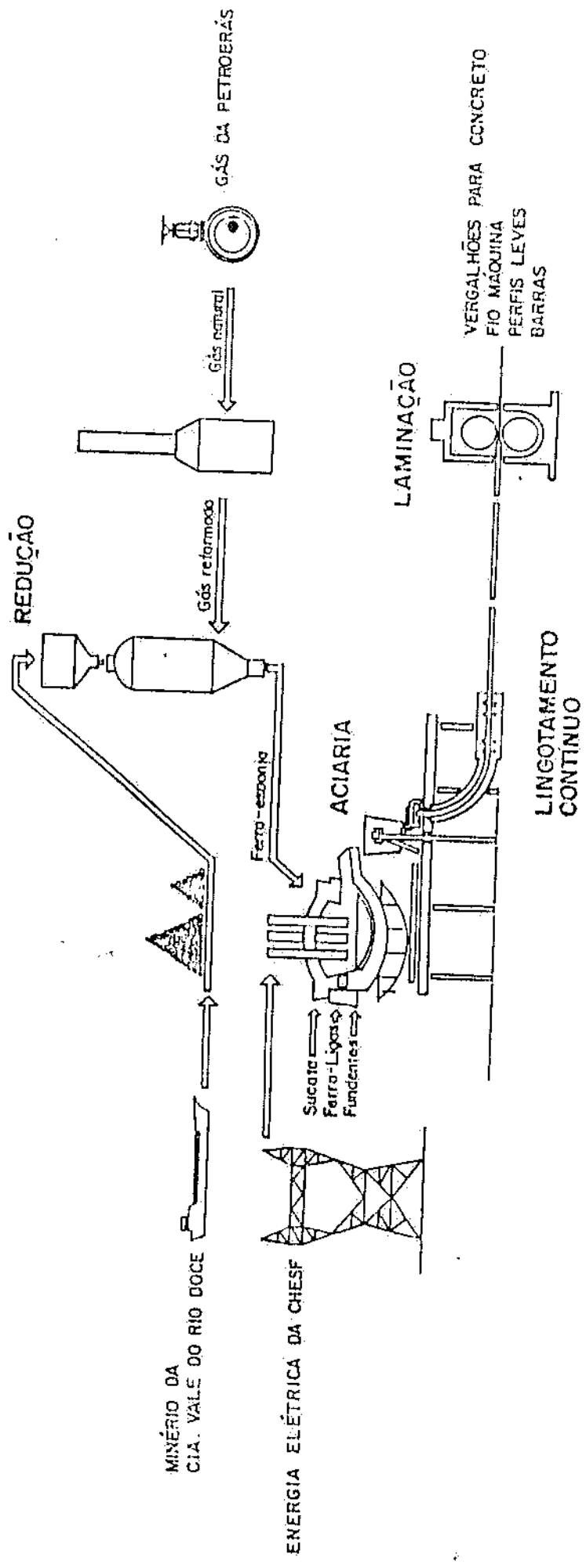
O parque siderúrgico estatal foi montado a partir da década de 40 até meados da década de 60 (sendo posteriormente realizado investimentos para sua ampliação), construído com base no modelo de desenvolvimento que visava o crescimento interno da economia enfileirando-se aos países centrais. Em uma década foi totalmente transferida para a iniciativa privada, face as pressões do novo modelo que originou-se nas economias centrais: o neo-liberalismo, um modelo excludente, altamente concentrador de capitais, com a presença de um Estado forte e autoritário.

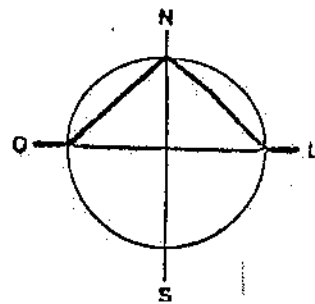
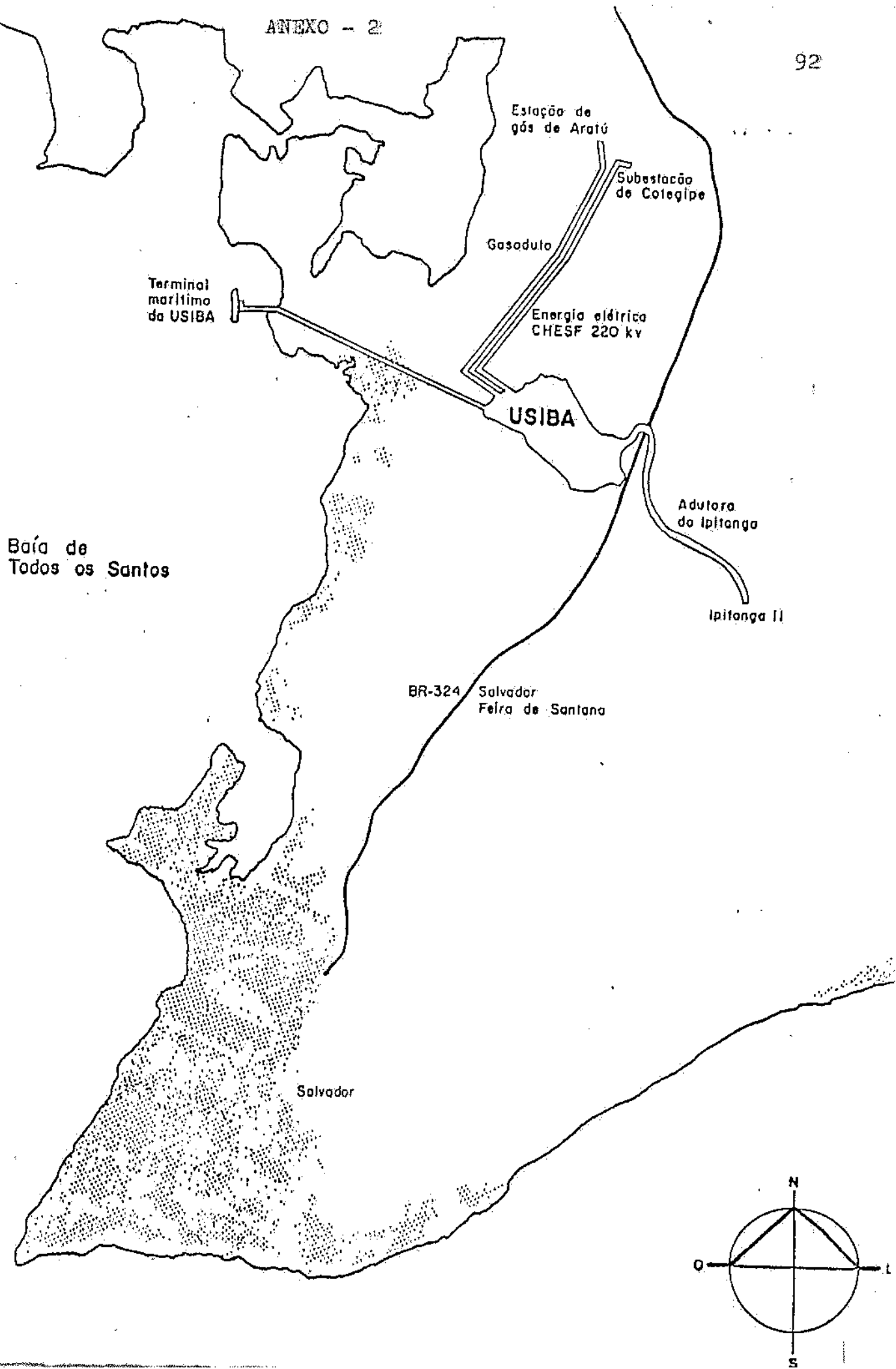
No Brasil esta experiência pode ser considerada em fase inicial no novo modelo econômico. É prematuro tecer comentários sobre os resultados dessas privatizações, ou seja, se as estatais terão as condições necessárias (colhidas enquanto presas a política contracionista e recessiva do passado) para atingir as metas da produção, saldar as dívidas existentes e modernizar-se.

Os grupos econômicos têm a vantagem de já encontrar o parque industrial montado, podendo investir em novas tecnologias, equipamentos, incorporando as novas tendências na área organizacional (TQC, Reengenharia, Terceirização), favorecendo em muito o seu desempenho.

Observa-se também uma grande participação do capital financeiro e bancário, servindo de suporte no aspecto financeiro, para essa nova etapa. Nos próximos anos, será possível avaliar com mais consistência essa fase da economia brasileira.

FLUXOGRAMA DA USIBA





BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Teresa Helena Cicco di. A Ação da SUDENE para o Desenvolvimento Regional. Brasília, MINTER, 1977.
- ALMEIDA, Márcio Wohlers. Uma Reavaliação das privatizações em países europeus. In: Análise Econômica, Ano 7, no 12, Porto Alegre, UFRS, 1989.
- ARRUDA, Marcos e DUTRA, Gustavo. Privatizando o setor produtivo estatal do Brasil - O caso da Acesita. In: Caderno do Ceas. Salvador, Jan/Fev, Ceas, 1991.
- BAHIA, Plano Estratégico de Ação. Salvador, Seplantec, 1978
- BANCO ECONÔMICO, Siderurgia Brasileira. Salvador, 1993
- BRAGA, Carlos Alberto Primo. A Crise da Siderurgia Mundial e o Brasil. São Paulo, IPE/ID (Texto para Discussão no 13), 1985.
- BRASIL, IBGE, Brasília, 1974
- CASSESE, Sabino. As Empresas Públicas depois da Privatização. In: O Mercado e o Estado no Desenvolvimento Econômico nos anos 90. Org. por ZINI JR, Álvaro A. Brasília, IPEA, 1993.
- EMBAIXADA BRITÂNICA. A Política de Privatização da Grã-Bretanha. Brasília, 1992.
- FARO, Antônio. Uma Economia para o povo. In: Cidade Nova no 8. São Paulo, Cidade Nova, 1992.
- FOLHA DE SÃO PAULO, Diversos Números.
- FUNDAÇÃO CPE, O Efeito das Privatizações: o Caso da USIBÁ. In: A Bahia nos anos 90: Temas Estratégicos. Salvador, SEPLANTEC, 1990.
- GAZETA MERCANTIL, Diversos Números.
- GUERRA, Osvaldo e SANTOS, Reginaldo Souza. Empresas Estatais na Bahia. Centro de Projetos e Estudos - CENPES. Salvador Seplantec, 1986.
- IANNI, Otávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S/A, 1991.
- INDICADORES IESP, Diversos Números.
- LL. PROJETOS E CONSULTORIA LTDA. Relatório de Avaliação Econômica - USIBÁ. Belo Horizonte, 1989.